

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

DESTAQUES (RS MM) 4T22	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Margem Bruta	643	537	20%	2.216	2.124	4%
EBITDA	437	295	48%	1.331	2.287	3%
Resultado Financeiro	(215)	(176)	22%	(747)	(439)	70%
Lucro Líquido	97	23	322%	157	376	(58%)

INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	4.452	4.679	(4,9%)	17.135	17.628	(2,8%)
Energia Distribuída (GWh)	3.650	3.808	(4,1%)	14.246	14.607	(2,5%)
Número de Clientes (mil)	3.950	3.888	1,6%			
DEC anualizado (horas)	11,74	11,77	(0,03)			
FEC anualizado (interrupções)	4,77	5,20	(0,43)			
Perdas Totais 12 meses (%)	16,58%	17,13%	0,03p.p.			

Indicadores Financeiros de Dívida¹	2022	2021	Variação
Dívida Líquida²/EBITDA³	4,98	4,42	0,56
EBITDA/Resultado Financeiro⁴	1,78	2,93	(1,15)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destaque Financeiro e Operacional:

- EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 381 milhões no trimestre (+87% vs. 4T21) e, no acumulado, de R\$ 1.132 milhões (+28% vs. 2021);
- Despesas Operacionais no 4T22 de R\$ 173 milhões (-11% vs. 4T21) e de R\$ 708 milhões em 2022 (+6% vs. 2021), em linha com a inflação;
- Lucro Líquido de R\$ 97 milhões no 4T22 (+R\$ 74 milhões vs. 4T21) e R\$ 157 milhões em 2022 (-R\$ 219 milhões vs. 2021);
- R\$ 898 milhões de Capex em 2022, maior parte dedicada à expansão da rede;
- Arrecadação no 4T22 de 99,70%, acima do observado no 3T22 e no 4T21;
- DEC 12 meses de 11,74h (abaixo do regulatório de 12,94h) e FEC 12 meses de 4,77x (abaixo do regulatório de 7,99x);
- Sucesso na conclusão do processo da OPA, com a realização da AGE, atingindo 100% de participação acionária da Neoenergia, e Conversão de Registro para Categoria B.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi de grandes desafios e realizações para a Neoenergia Pernambuco. No primeiro semestre, enfrentamos um novo surto da COVID-19 com a chegada da variante Ômicron, impactando nossas operações. Seguimos todos os protocolos e sempre fomos firmes no compromisso com a saúde e segurança dos nossos colaboradores. Ainda neste período, passamos por uma crise sem precedentes na região metropolitana do estado ocasionada pelo fenômeno climático DOL - Onda de Leste. Cenário que conseguimos vencer com a dedicação das nossas equipes e o apoio de todo o grupo Neoenergia. Além disso, em 2022, conseguimos finalizar os cinco planos de resultados do órgão regulador com indicadores satisfatórios e com o menor indicador de DEC da história da Neoenergia Pernambuco. Realizamos investimentos na ordem de R\$ 898MM, 30% a mais comparado ao ano anterior. Foram nove alimentadores construídos, além da instalação e automatização de 234 religadores de linha. Os investimentos aliados às ações adotadas por nossas equipes, contribuíram para obtermos um DEC e FEC abaixo do limite regulatório - com DEC de 11,74 horas o melhor resultado histórico do indicador na Neoenergia Pernambuco. Avançamos no atendimento aos nossos clientes. Realizamos mais de 132 mil novas ligações e 29 mil novas GDS. Foram mais de 68 milhões de atendimentos por meio dos canais digitais, representando 93% das nossas interações comerciais ao longo do ano. Além disso, inauguramos a primeira loja prime do grupo no Brasil, com um conceito moderno de atendimento. Trabalhamos forte na gestão da receita, realizamos a regularização de 63 mil clandestinos e obtivemos uma redução expressiva de 0,6 p.p no indicador de perdas comparado com 2021. Além disso, no 4T22 tivemos um impacto positivo na inadimplência, com resultado 0,5% abaixo do 4T21. Tivemos uma redução na energia injetada, com uma retração de 2,8% em relação a 4T21 devido a menores temperaturas e maiores chuvas. Nos indicadores financeiros, fechamos 2022 com um EBITDA 3% maior comparado com o ano anterior. O compromisso de melhorar a qualidade dos nossos serviços e a experiência dos nossos clientes continua, com foco em recuperação de energia, combate à inadimplência e melhoria nos índices de qualidade e atendimento - sempre prezando pela integridade e, acima de tudo, pela segurança. Para continuarmos crescendo em 2023, contamos com o compromisso e a energia dos nossos colaboradores e com o apoio dos acionistas e fornecedores parceiros. Obrigado pela confiança e sigamos em frente!

Saulo Cabral e Silva
 Diretor-presidente da Neoenergia Pernambuco

1. A COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – NEOENERGIA PERNAMBUCO

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária
 Em 31 de Dezembro de 2022 a Estrutura Acionária da Companhia era:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico. O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior. O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia. Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro. Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022. Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%. O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic. Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
 Em 26 de abril, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Pernambuco, com efeito médio para o consumidor de 18,98%, aplicados desde 29 de abril. A variação da Parcela A foi de 10,58%, totalizando R\$ 5.040,4 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 35,99% nos encargos setoriais e 9,48% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,39/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 14,82% (R\$ 2.301,7 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste havido, de 14,77%, deduzida do Fator X, de -0,05%.

3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano
Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC
 Em 23 de fevereiro, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%; para as transmissoras e usinas costais foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída
 Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Ficou estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderirem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

4.4. Perdas
 As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

Perdas totais 12 meses (%)															
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	Aneel 22
8,20%	8,38%	8,53%	8,60%	8,60%	8,93%	8,73%	8,61%	8,17%	7,98%	17,13%	17,11%	17,14%	16,77%	16,58%	14,97%

Perdas totais 12 meses (GWh)															
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	Aneel 22
1.446	1.470	1.496	1.493	1.474	1.574	1.531	1.511	1.418	1.367	3.020	3.002	3.007	2.911	2.842	2.509

NOTAS: * Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados com a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

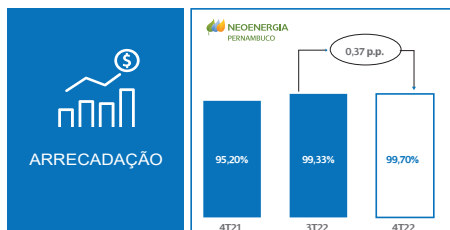
As Perdas Totais na visão 12 meses encerraram o 4T22 em 16,86%, e sem o impacto da REN 1000 foi de 16,58%, abaixo do observado no 3T22 e 4T21. A Neoenergia Pernambuco segue em busca do patamar regulatório de 14,97%.

A Companhia vem atuando no plano de combate às perdas e em 2022 as principais ações foram:

- Realização de mais de 150 mil inspeções, com recuperação de mais de 152 GWh de energia;
- Regularização de mais de 63 mil ligações clandestinas;
- Substituição de 127 mil medidores obsoletos;
- Atuação contínua na Iluminação Pública, atualizando mais de 217 mil pontos de cadastro e recuperando 16 GWh;
- Substituição de rede de distribuição convencional por uma rede blindada em áreas de alta complexidade social.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo retrata a boa performance do índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T22 segue em patamares elevados, confirmando o sucesso das ações de cobrança. A taxa de arrecadação atingiu 99,70% no trimestre, acima do observado no 3T22 em relação ao 4T21.

Lei Complementar nº 194 – ICMS
 Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

Revisão Tarifária Extraordinária decorrente da Lei nº 14.385/22
 Em 12 de julho, foi homologada nova tarifa para Neoenergia Pernambuco, decorrente da Revisão Tarifária Extraordinária motivada pela aplicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de valores advindos de ações judiciais transitadas em julgado que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins cobrado na conta de energia.

Como a Neoenergia Pernambuco já havia proposto antecipação de repasse desses créditos nos reajustes anteriores, de 2021 e 2022, então, o efeito da redução das tarifas em função dos novos procedimentos foram apenas relativos à revisão da projeção de compensação de tais créditos nos 12 meses posteriores. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -4,07%.

Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias
 Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA.

Adicional (R\$/MWh)	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 2
2021	-	18,74	39,71	94,92
2022	-	29,89	65,00	97,95
Var. %	-	59,5%	63,7%	3,2%

Tabela 1 – Comparação entre novos valores e os anteriormente vigentes

Repasse de recursos da CDE
 Em 22 de julho, a ANEEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Eletrobras que deverão ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado a CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.182/2021 (privatização da Eletrobras) que condicionou a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado à concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Pernambuco recebeu, em 27/07/2022, R\$ 187,03 milhões, que representa cerca de 3,5% do total distribuído.

Sobrecontratação Das Distribuidoras – 2016 e 2017
 A ANEEL divulgou, em 12 de agosto, o Despacho nº 2.168/2022, que deu parcial provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, alegando aplicação de critério assimétrico de involuntariedade com base no valor do PLD, onde o risco de repasse seria sempre da distribuidora e o ganho sempre do consumidor. Adicionalmente, na análise dos recursos interpostos pelas distribuidoras contra o referido despacho, na Nota Técnica nº 121/2021, a área técnica da ANEEL criou uma nova regra para apurar a involuntariedade da migração ao ACL em 2016, na qual propunha o reconhecimento apenas da sobre involuntária acima de um limite arbitrário de 102,5%.

O Despacho nº 2.168/2022 reconheceu a tese de que houve aplicação retroativa de nova interpretação e reformou a decisão do Despacho nº 2.508/2022, colocando-se contra o posicionamento das áreas técnicas da ANEEL e excluindo o critério assimétrico baseado no valor do PLD, decisão que favoreceu a Neoenergia Coelba. O despacho também criou precedente para limitar inovações fora do escopo regulatório vigente pelas áreas técnicas da ANEEL, colocando-se contra a criação de critérios inexistentes na norma.

3.3. Medidas associadas à Covid-19
Admissibilidade de Revisão Tarifária Extraordinária
 Em 15 de julho, foi publicado o Despacho nº 1.890/2022 (SGT/ANEEL), que reconheceu a admissibilidade dos pleitos de revisão tarifária extraordinária decorrentes da pandemia do Coronavírus de sete concessionárias de distribuição de energia, incluindo a Neoenergia Pernambuco. Essa etapa de admissibilidade, que verifica o cumprimento dos requisitos para o pleito de RTE Covid, está prevista na regulamentação específica. De acordo com a ANEEL, foi aberto processo para análise de mérito dos pedidos. As próximas etapas serão a apresentação de proposta pela área técnica e a abertura de consulta pública.

3.4. Medidas associadas à Crise Hídrica
Conta Escassez Hídrica
 Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferimentos estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 86,55 milhões para a Neoenergia Pernambuco.

Fim da Bandeira Escassez Hídrica
 Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta foi criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.

3.5. Liberalização do Mercado
 Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissivo ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores
 A Companhia encerrou 2022 com 3.950 mil consumidores, 62 mil novos consumidores em relação a 2021 (+1,6%).

Número de Consumidores (Em milhares)	Participação no Total %		2022 x 2021	
	2022	2021	Dif.	%
Residencial	3.555	3.484	90,0%	89,6%
Industrial	5	5	0,1%	0,1%
Comercial	228	227	5,8%	5,8%
Rural	130	139	3,3%	3,6%
Outros	33	34	0,8%	0,9%
Total	3.950	3.888	100%	100%

4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	NEOENERGIA PERNAMBUCO		Participação no Total %		4T21 x 4T20		NEOENERGIA PERNAMBUCO		Participação no Total %		2022 x 2021	
	4T22	4T21	4T22	4T21	Dif.	%	2022	2021	2022	2021	Dif.	%
Residencial	1.389	1.412	53,0%	51,3%	(23)	(1,6%)	5.394	5.454	52,4%	51,4%	(60)	(1,1%)
Industrial	104	122	4,0%	4,4%	(18)	(14,8%)	445	500	4,3%	4,7%	(55)	(11,0%)
Comercial	520	555	19,8%	20,2%	(35)	(6,3%)	2.098	2.119	20,4%	20,0%	(21)	(1,0%)
Rural	139	183	5,3%	6,7%	(44)	(24,0%)	506	678	4,9%	6,4%	(172)	(25,4%)
Outros	468	478	17,9%	17,4%	(10)	(2,1%)	1.849	1.863	18,0%	17,3%	(14)	(0,8%)
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.620	2.750	72%	72%	(130)	(4,7%)	10.292	10.614	72%	73%	(322)	(3,0%)
Mercado Livre	1.030	1.058	28,2%	27,8%	(28)	(2,6%)	3.954	3.993	27,8%	27,3%	(39)	(1,0%)
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	3.650	3.808	100%	100%	(158)	(4,1%)	14.246	14.607	100%	100%	(361)	(2,5%)

A energia distribuída (cativo + livre) no 4T22 foi de 3.650 GWh, -4,1% vs. 4T21 e de 14.246 GWh em 2022, -2,5% vs. 2021, explicada, principalmente, pelo maior volume de chuvas, menores temperaturas no período e migração de um cliente para rede básica. O consumo residencial no 4T22 apresentou uma queda de 1,6% vs. 4T21 e de 1,1% no ano, impactado, principalmente pelas menores temperaturas no período e maior volume de chuvas. O segmento cativo da classe industrial reduziu 14,8% vs. 4T21 e 11,0% vs. 2021. Quando analisado em conjunto com o mercado livre, a redução foi de 3,7% no trimestre e 2,1% no ano, explicada, principalmente, pela migração de um grande cliente industrial para a rede básica. A classe comercial cativa apresentou queda de 6,3% no 4T22 vs. 4T21 e de 1,0% em 2022 vs. 2021, explicada por maior volume de chuvas, bem como temperaturas inferiores. Na classe rural, o resultado do 4T22 ficou 24,0% abaixo do 4T21 e em 2022, 25,4% abaixo de 2021, explicado pelo maior volume de chuvas, o que gerou uma menor demanda de irrigação. As outras classes apresentaram decréscimo de 2,1% no trimestre e de 0,8% no ano vs 2021.

4.3. Balanço Energético
 A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 4.452 GWh no 4T22, -4,9% vs. 4T21 e de 17.135 GWh em 2022, -2,8% vs. 2021.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T22	4T21	4T22 x 4T21		2022	2021	2021 x 2021	
			Dif	%			Dif	%
Mercado Cativo	2.620	2.750	(130)	(4,7%)	10.292	10.614	(322)	(3,0%)
Mercado Livre + Suprimento	1.030	1.058	(27)	(2,6%)	3.954	3.993	(39)	(1,0%)
Energia Distribuída (A)	3.650	3.808	(158)	(4,1%)	14.246	14.607	(361)	(2,5%)
Energia Perdida (B)	680	802	(122)	(15,2%)	2.835	3.045	(210)	(6,9%)
Não Faturado (C)	122	69	53	76,81%	53	(25)	78	(312,0%)
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.452	4.679	(227)	(4,9%)	17.135	17.628	(493)	(2,8%)

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.038	2.075	(37)	(2%)	7.602	7.998	(396)	(5%)
Custos com Energia	(1.451)	(1.629)	178	(11%)	(5.585)	(6.280)	695	(11%)
Margem Bruta s/VNR	587	446	141	32%	2.017	1.718	299	17%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	56	91	(35)	(38%)	199	406	(207)	(51%)
Margem Bruta	643	537	106	20%	2.216	2.124	92	4%
Despesa Operacional	(173)	(195)	22	(11%)	(708)	(670)	(38)	6%
PECLD	(33)	(47)	14	(30%)	(177)	(167)	(10)	6%
EBITDA	437	295	142	48%	1.331	1.287	44	3%
Depreciação	(95)	(93)	(2)	2%	(361)	(342)	(19)	6%
Resultado Financeiro	(215)	(176)	(39)	22%	(747)	(439)	(308)	70%
IRC S	(30)	(3)	(27)	900%	(66)	(130)	64	(49%)
Lucro Líquido	97	23	74	322%	157	376	(219)	(58%)

A Neoenergia Pernambuco encerrou o 4T22 com Margem Bruta de R\$ 643 milhões (+20% vs. 4T21), impulsionada pela variação da parcela B de +14,82% em abril/22. No acumulado, a Margem Bruta foi de R\$ 2.216 milhões (+4% vs. 2021), impulsionada pela variação da parcela B de +14,82% em abril/22 e pela revisão tarifária de abril de 2021, além do aumento da base de clientes.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 173 milhões no 4T22 (-11% vs. 4T21) e R\$ 708 milhões em 2022 (+6% vs. 2021), em linha com a inflação, absorvendo o crescimento de clientes e o maior *headcount*, confirmando a disciplina de custos e a busca por eficiências. No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 33 milhões, R\$ 14 milhões abaixo do mesmo período do ano anterior. Já em 2022 foi de R\$ 177 milhões, R\$ 10 milhões acima de 2021. Vale destacar que o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) encerrou o 4T22 em 1,70%, próximo ao limite regulatório de 1,67% e a arrecadação em 99,70%, o que denota o controle da inadimplência.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no trimestre foi de R\$ 437 milhões, incremento de 48% vs. 4T21 e de R\$ 1.331 milhões em 2022, +3% vs. 2021. O EBITDA Caixa (ex-VNR) no 4T22 foi de R\$ 381 milhões, +87% vs. 4T21 e no ano foi de R\$ 1.132 milhões, +28% vs. 2021.

O Lucro Líquido foi de R\$ 97 milhões no 4T22 (+R\$ 74 milhões vs. 4T21) e de R\$ 157 milhões em 2022 (-R\$ 219 milhões vs. 2021).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	97	23	74	322%	157	376	(219)	(58%)
Despesas financeiras (B)	(251)	(185)	(66)	36%	(866)	(534)	(332)	62%
Receitas financeiras (C)	50	32	18	56%	277	133	144	108%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(14)	(23)	9	(39%)	(158)	(38)	(120)	316%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(30)	(3)	(27)	900%	(66)	(130)	64	(49%)
Depreciação e Amortização (F)	(95)	(93)	(2)	2%	(361)	(342)	(19)	6%
EBITDA = (A-B+C+D+E+F)	437	295	142	48%	1.331	1.287	44	3%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	33	6	27	450%	127	15	112	747%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(225)	(167)	(58)	35%	(890)	(432)	(458)	106%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(15)	(8)	(7)	53%	16	(22)	38	(173%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	-	26	(26)	(100%)	79	117	(38)	(32%)
Variações monetárias e cambiais - outros	30	(1)	31	N/A	19	(8)	27	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(5)	(19)	14	(74%)	(28)	(56)	28	(50%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	14	2	12	600%	70	1	69	6900%
Obrigações pós emprego	(4)	(2)	(2)	100%	(12)	(8)	(4)	50%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(58)	(21)	(37)	176%	(112)	(68)	(44)	65%
Total	(215)	(176)	(39)	22%	(747)	(439)	(308)	70%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 215 milhões no 4T22 (vs. -R\$ 176 milhões no 4T21) e de -R\$ 747 milhões em 2022 (vs. -R\$ 439 milhões em 2021), variações explicadas, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do CDI no período (65% do endividamento está atrelado ao índice) e pelo aumento de 38% no saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimento e capital de giro da Companhia, visando atender à expansão do mercado e melhoria dos padrões de qualidade e eficiência da distribuidora.

6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 898 milhões em 2022, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

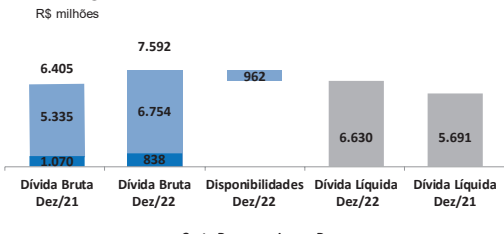
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	NEOENERGIA PERNAMBUCO		
	4T22	2022	
Natureza Investimento			
Preço corrente - valores em R\$ MM			
Expansão de Rede			
Novas Ligações	(140)	(451)	46%
Novas SEs e RD's	(72)	(305)	
Compromisso ECV	(61)	(137)	
Renovação de Ativos	(6)	(9)	
Melhoria da Rede	(40)	(150)	17%
Perdas e Inadimplência	(27)	(77)	9%
Outros	(51)	(146)	16%
Outros	(57)	(109)	12%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	39	(20)	
(-) Investimento Bruto	(277)	(952)	
SUBVENÇÕES	12	35	
(-) Investimento Líquido	(265)	(917)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(39)	(20)	
(-) CAPEX	(304)	(938)	
Base de Anuidade Regulatória	(57)	(109)	12%
Base de Remuneração Regulatória	(259)	(823)	88%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

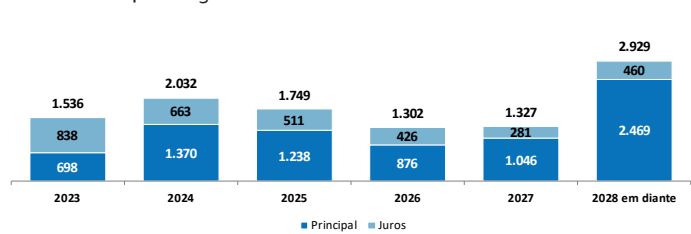
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 6.630 milhões (dívida bruta de R\$ 7.592 milhões), apresentando um crescimento de 17% (R\$ 939 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 89% da dívida contabilizada no longo prazo e 11% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022.



8. RATING

Em 29 de março de 2022, a Standard & Poor's - S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.121 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2022	2021	2022 x 2021	
			Dif.	%
Convencional	2.341	2.414	(73)	(3,0%)
Baixa Renda	1.214	1.070	144	13,5%
Total	3.555	3.484	71	2,0%

9.2 OPA Neoenergia Pernambuco, AGE e Conversão de Registro para Categoria B

Em 20/04/2022, a Neoenergia e a Neoenergia Pernambuco, em conjunto, divulgaram Fato Relevante ao mercado informando que o Conselho de Administração da Neoenergia aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais Classe "A" ("PNA") e Classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da Neoenergia Pernambuco. A Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro, e em leilão realizado na B3, em 03 de outubro de 2022, 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs, representativas de 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco.

Após o referido leilão, e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2022, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Pernambuco que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs de emissão da Neoenergia Pernambuco, representativas de 1,22% do seu capital social total. Com isso, o capital total em ações da Companhia reduziu de 74.612.388 (66.302.693 ON, 7.567.254 PNA e 742.441 PNB) para 73.699.975 (66.052.187 ON, 7.085.257 PNA e 562.531 PNB). Por fim, no dia 01 de novembro de 2022 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B da Companhia pela Comissão de Valores Mobiliários.

9.3 Práticas de Gestão

9.3.1 Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Pernambuco possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com.br/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx>).

Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 24.674 mil, deliberados Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2022 e pagos em 05 de maio de 2022;
- (ii) Dividendos Adicionais de R\$ 255.324 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2022 e pagos em 05 de maio de 2022;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 40.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

9.3.2 Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Pernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados. Conselho de Administração Integrado atualmente por sete representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros. Conselho Fiscal Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se sempre que convocado. Diretoria Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.3.3 Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de enfocar para desenvolvimento de educadores internos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricitistas, formando 723 eletricitistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricitista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Saúde e Segurança Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade, foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
- Ensino das Profissões (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens): aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilô: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiadas;
- Dia Internacional do Voluntariado Iberrola: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhadas, corridas e pedalaras, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade "Eu cuidoo do meu quadrado", os voluntários fizeram ações limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 toneladas de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;
- Árvore da Solidariedade: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão. Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Fruto do diálogo com os seus grupos de interesse e consciente do impacto de todas as suas atividades, a Neoenergia tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos.

A Companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A Companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Com esses compromissos, a Companhia especifica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e mensuráveis, que representam os aspectos prioritários na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Com muito orgulho, divulgamos os resultados alcançados nesses indicadores em 2022 e os targets para 2025 e 2030:

Metas ESG	Parâmetros	2022	2025	2030	
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	1	36	20
	Eletrificacão da frota	Incremento do % de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	8%	13%	50%
	Financiamento sustentável	Revisão anual e atualização do framework de financiamento verde da empresa	✓	Manter prática vigente	
	Digitalização de redes	% redes de AT e MT digitalizadas	74,5%	83%	90%
S	Mulheres em posições relevantes	Presença de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	28,3%	29,10%	31,80%
	Mulheres em postos de liderança	Presença de mulheres em postos de liderança nas posições Diretoria, Superintendência e Gerência	28,3%	30%	35%
	Mulheres formadas eletricitistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricitistas	36,7%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricitista	% de mulheres em postos de eletricitistas	5,6%	9%	12%
G	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência e Supervisão	30%	20%	25%
	Contribuição com a comunidade	Voluntariado corporativo (número de pessoas)	3.501	2.321	2.623
	Segurança (ISO 45001)	% trabalhadores próprios lotados em sites certificados pela ISO45001	48%	40%	42%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,26	0,43	0,39
G	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	89,2	67	70</

10.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas. Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto – Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Pernambuco tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica e contou com investimento de R\$ 31,2 milhões em 2022.

Entre as ações que merecem destaque em 2022 estão:

- a. Execução de projetos com **ação em comunidades populares** com troca de quase 177 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 48 mil lâmpadas em 300 institutos dessas comunidades, além da troca de 1.365 refrigeradores antigos para consumidores de 3 municípios afetados pelas fortes chuvas que atingiram Pernambuco em junho/2022.
- b. Execução do projeto **Valé Luz**, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 574 toneladas de resíduos com desconto de R\$ 343 mil na conta de energia elétrica de 7,5 mil consumidores que ainda trocaram mais de 24 mil lâmpadas dos clientes por LED.
- c. Execução dos projetos **Educativos** em escolas públicas, capacitando 2 mil professores e 90,4 mil alunos da área de concessão da NEOENERGIA PERNAMBUCO sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica. Projetos fortemente impactados pela pandemia.
- d. Execução de projetos de **eficientização de prédios públicos e comerciais assistenciais** (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 182 unidades em Pernambuco, totalizando mais de 52 mil lâmpadas substituídas, além de 7 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 942,23 kWp instalado. e. Execução de projeto **Neoenergia Solar** que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 111 residências em Pernambuco, totalizando 443,6 kWp instalado e troca de 242 lâmpadas por LED.
- f. Execução de projetos de **eficientização de iluminação pública** em 14 municípios de Pernambuco (Paulista, Serra Talhada, Barra de Guabiraba, São Benedito do Sul, Jacuati, Jaqueira, Ibirajuba, Angelim, Parnamirim, Afogados da Ingazeira, Tracunhaém, Lagoa de Ouro, Paranatama e Bezerros), com a substituição de mais de 7 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- g. Execução de projeto de **eficientização de Empresas de Saneamento** com a substituição de 2 motores na Estação Elevatória de Cabroba da COMPESA do município de Salgueiro.
- h. Execução de projeto **Plataforma Consumo Consciente** que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em março de 2022, foi assinado o contrato com a parceira Smartiks para fornecimento dos equipamentos e disponibilização da plataforma de monitoramento e iniciado o processo de homologação junto a ANATEL para fabricação dos equipamentos. A entrega do primeiro lote de 100 (unidades) ocorreu em novembro e as instalações iniciaram em 2023 com a abertura de inscrições através do site para clientes interessados.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2022, foram investidos R\$ 41,98 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 17,79 milhões em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Pernambuco, R\$ 13,44 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 6,72 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 4,03 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes/ Recuperação de Energia: destacam-se os projetos: (i) **GODEL – Observatório de Redes**, reconhecido em 2022 como melhor projeto apresentado no 39º Circuito Nacional do Setor Elétrico – CINASE na categoria Inovação Tecnológica, composto por módulos que entregaram produtos já incorporados aos processos de negócios da Neoenergia e outros em desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento, como no módulo GODEL Analytics, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas, no módulo Godel MultiLinkum concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição, além de possibilitar o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação, e no módulo GODEL Hosting Capacity, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas; o (ii) **Antenas Inteligentes**, que consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede de distribuição, podendo ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio; e o (iii) **Conexão Digital**, que entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital.

Segurança: dentre os principais projetos de P&D temos: o (i) **Braco Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência; o (ii) **Sensor de Proximidade** que consiste em tecnologia para mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco; o (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos; e o (iv) **Medição de Malha de Terra**, equipamento capaz de medir a impedância da malha de terra sem a necessidade de desligamento da subestação; e o (v) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

Qualidade e Confiabilidade: destacamos o (i) **Qualimetro com Oscilografia Contínua**, equipamen-

to para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede; o (ii) **Lote pioneiro do aferidor de medidores**, que desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor; e (iii) **Tecnologia de Armazenamento para Religadores** que utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneira para a confiabilidade dos equipamentos automatizados; e o (iv) **SIERF (Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência)**, que desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreabilidade de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores; e o (v) **SMARTF (Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro das distribuidoras)**, que desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétrico e esquemas de resposta da demanda. Além dos seguintes projetos, em desenvolvimento, de P&D:

- Veículo com sistema inteligente para **Lavagem dos Isoladores** das redes de distribuição considerando o nível medido de salinidade;
 - Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) autocravável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão;
 - **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
 - **Previsão Climática: desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional** para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuidoras;
 - **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)** que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade
- Sustentabilidade do Negócio:** foram desenvolvidos os projetos: (i) **Caminhão Elétrico**, atualmente com 2 veículos em operação que contam com cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de rede de distribuição de energia elétrica com sistema inteligente para o gerenciamento da recarga do caminhão e com sistema eficiente para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão da distribuidora; (ii) **Corredor Verde**, que consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) a Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste, propondo um novo modelo de negócios para serviços de recarga no âmbito de empresas do setor elétrico; (iii) **Mobilidade Elétrica Trilha Verde**, projeto em desenvolvimento em Fernando de Noronha que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, com a utilização de veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia; (iv) **Sistema Inteligente de Armazenamento de Energia (SIAE)**, concluído em 2022, consiste em um sistema de armazenamento com baterias de íons de lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoeletrica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha; (v) **Microrrede**, também concluído em 2022, é um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório, que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia; (vi) **Gestão de PCB** (bifenilas policloradas) sistema computacional para gestão, acompanhamento e controle dos equipamentos que operam com óleos sintéticos contendo bifenilas policloradas (PCBs) ou óleos minerais/vegetais contaminados no sistema elétrico da Neoenergia Brasil; (vii) **Soluções sustentáveis e coeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)**, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica; (viii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas; (ix) **Hidrodigital**, que desenvolverá instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas, com o resultado esperado de incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reservar; e projeto de P&D de (x) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeneradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. **Melhores e Maiores da Revista Exame** - Em 2022, a Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". No setor de energia, a Neoenergia Brasil, incorporada em março de 2021, fez sua estreia. O ranking também inclui: a holding; duas transmissoras (Neoenergia Guanabara e Neoenergia Dourados); e três distribuidoras - Neoenergia Coelba (BA), Neoenergia Pernambuco (PE) e Neoenergia Elektro (SP e MS).

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 493.464,00, dos quais R\$ 416.892,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	157	376
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	367	350
Baixa de ativos não circulantes	47	31
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	66	130
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	747	439
Valor de reposição estimado da concessão	(199)	(406)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	327	(475)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(254)	174
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(45)	(18)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(403)	(589)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(178)	(71)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(17)	(9)
Outros ativos e passivos, líquidos	(243)	(17)
Caixa líquido proveniente das operações	1.178 (85)	1.178 (85)
Encargos de dividas pagos (nota 15.2 (c))	(620)	(273)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(239)	(4)
Rendimento de aplicação financeira	127	15
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(10)	(27)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	433 (376)	433 (376)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(947)	(750)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(191)	(20)
Resgate de títulos e valores mobiliários	183	10
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(955) (760)	(955) (760)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.936	2.324
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(18)	(14)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.050)	(1.307)
Depósitos em garantias	(1)	8
Obrigações especiais	46	22
Pagamento de principal - Arrendamentos	(5)	(5)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	200	259
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(313)	(206)
Resgate de ações	(39)	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	756 1.081	756 1.081
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	234 (55)	234 (55)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	673 728	673 728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	907 673	907 673
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	8	5
Arrendamentos capitalizados	12	9
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	2	5
(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS 76.572,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia (www.neoenergia.com). A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2022 (4T22 e 2022), a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T22	2022	4T21	2021	
(+) Receita líquida	2.134	7.931	2.192	8.498	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(56)	(199)	(91)	(406)	Nota 3
(-) Outras receitas	(40)	(130)	(26)	(94)	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	2.038	7.602	2.075	7.998	
(+) Custos com energia elétrica	(1.204)	(4.684)	(1.435)	(5.547)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	9	(4)	(6)	(14)	Nota 5
(+) Custos de construção	(256)	(897)	(188)	(719)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.451)	(5.585)	(1.629)	(6.280)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	56	199	91	406	Nota 3
= MARGEM BRUTA	643	2.216	537	2.124	
(+) Custos de operação	(194)	(793)	(214)	(740)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(20)	(76)	(20)	(72)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(85)	(334)	(86)	(308)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	(9)	4	6	14	Nota 5
(-) Depreciação e Amortização	95	361	93	342	Nota 6
(+) Outras receitas	40	130	26	94	Nota 3
= Despesa Operacional (PMSO)	(173)	(708)	(195)	(670)	
(+) PECLD	(33)	(177)	(47)	(167)	Demonstrações de resultado
EBITDA	437	1.331	295	1.287	
(+) Depreciação e Amortização	(95)	(361)	(93)	(342)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(215)	(747)	(176)	(439)	Demonstrações de resultado
(-) IR/CS	(30)	(66)	(3)	(130)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	97	157	23	376	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética de Pernambuco S.A. ("Neoenergia Pernambuco" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Pernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Pernambuco. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Pernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhões de reais)

	Notas		2022	2021
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		9	907	673
Contas a receber de clientes e outros		10	1.705	1.944
Títulos e valores mobiliários			25	14
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)		183	260
Tributos sobre o lucro a recuperar		8.1.3	219	148
Outros tributos a recuperar		8.2.1	452	672
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)		11	159	419
Outros ativos circulantes			207	132
Total do circulante			3.674	4.185
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes e outros		10	102	112
Títulos e valores mobiliários			30	27
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)		45	147
Outros tributos a recuperar		8.2.1	1.780	1.692
Tributos sobre o lucro diferidos		8.1.2	7	18
Depósitos judiciais		16.1 (c)	162	148
Concessão do serviço público (ativo financeiro)		12.1	4.202	3.493
Concessão do serviço público (ativo contratual)		12.2	796	717
Outros ativos não circulantes			2	2
Direito de uso			20	15
Intangível			2.367	2.430
Total do não circulante		13	9.513	8.801
Total do ativo			13.187	12.986
Passivo Circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		14	784	1.015
Empréstimos e financiamentos		15.2	783	1.229
Passivo de arrendamento			5	4
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)		5	24
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		18	165	135
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		8.2.2	183	260
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais		8.3	299	524
Dividendos e juros sobre capital próprio		19.2 (b)	41	60
Provisões e outras obrigações		16.1 (a)	53	51
Outros passivos circulantes		17	264	340
Total do circulante			2.632	3.642
Passivo não circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		14	63	57
Empréstimos e financiamentos		15.2	6.709	5.477
Passivo de arrendamento			18	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)		90	5
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		8.2.2	21	45
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais		8.3	1.726	1.648
Imposto corrente passivo longo prazo		8.1.3	179	2
Provisões e outras obrigações		16.1 (a)	170	156
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		18	49	47
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)		11	121	48
Outros passivos não circulantes			36	15
Total do não circulante			9.012	7.512

1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas: A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e fluantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerem carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e termo.
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR (*) e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes a projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos, a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de hedge vigente. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (d) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2022, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 21.7. (iv) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **Commodities energéticas:** os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 (d)). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). (c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco e inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (rating). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2021 a 08/10/2023	10
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.598
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	1
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificações de divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

	2022	2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.920	4.585
Disponibilidade da rede elétrica (1)	5.070	5.061
Construção de infraestrutura da concessão	897	719
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	166	331
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	18
Valor de reposição estimado da concessão (2)	199	406
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(104)	877
Outras receitas (nota 3.3)	130	94
Receta operacional bruta	11.278	12.091
(-1) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.347)	(3.593)
Receta operacional, líquida	7.931	8.498

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos. (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizada à concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR"). **Reajuste Tarifário Anual – IRT 2022:** A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 29 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito

relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração para o capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar a regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **Indicadores de Continuidade do fornecimento:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do Governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei nº 8.631/1993. **Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto a valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das commodities (afeta mix de indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios. (b) **Risco hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico. (c) **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda
Jan	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Fev	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mar	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Abr (*)	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mai	Verde	Verde	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Ago	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Set	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar I
Out	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Nov	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Amarela
Dez	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Verde

(*) A Bandeira Escassez Hídrica esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022. Nos exercícios de 2022 e 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	De julho/2021 a junho/2022 REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 Resolução MME nº 3/2021 R\$/MWh	A partir de julho/2022 REH nº 3.051/2022 R\$/MWh
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera	65,00
Vermelha Patamar I Escassez Hídrica	62,43	94,92	Não altera	97,95
Amarela	13,43	18,74	Não altera	29,89
Verde	-	-	Não altera	-
Total	10,292	10,613	4,920	4,585

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022. (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 379 (R\$ 305 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 193 (R\$ 192 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 10 (R\$ 71 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 158 (R\$ 44 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 87 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 187 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

	2022	2021
Residencial	5.394	4.544
Comercial	2.098	2.119
Industrial	445	500
Rural	506	678
Poder público	623	572
Iluminação pública	526	593
Serviços públicos	681	681
Consumo próprio	19	16
Fornecimento não faturado	-	-
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	(4.556)
Subvencões e subsídios governamentais (2)	-	(1.013)
Total	10.292	10.613

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022. (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 379 (R\$ 305 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 193 (R\$ 192 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 10 (R\$ 71 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 158 (R\$ 44 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 87 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 187 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

	2022	2021
Repasse de sobrecontratação (3)	475	(8)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	33	(17)
Passivo conta COVID (4)	3	(81)
Custo PIS/COFINS sobre ICMS (5)	306	127
Crédito consumidor reversão para modicidade	5	8
Modicidade Eletrobras (6)	(187)	-
Bandeira escassez hídrica (7)	291	-
Outros	10	6
Total	936	35
	(104)	877

(1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a desenvolver neste ano; (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o reductor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL; (3) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (4) Constituição ativo do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020; (5) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconhecceu, no reajuste tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE (julho de 2022), R\$ (356) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 306 em contrapartida da redução da receita; (6) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ (187) em 31 de dezembro de 2022; e (7) A ANEEL reconhecceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ (432), conforme REH nº 3.032/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da bandeira escassez hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 291, em contrapartida da redução da receita.

	2022	2021
Arrendamentos e aluguéis	99	61
Comissão serviços de terceiros	21	22
Renda da prestação de serviços	2	2
Serviço taxado	4	5
Administração de faturas de fraudes	4	4
Total	130	94

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(1.801)	(2.069)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(807)	(1.016)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(6)	(4)
Total	(2.614)	(3.089)

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(603)	(393)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(37)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(54)	(31)
Outros encargos (2)	(42)	(43)
Total	(733)	(504)
	(3.347)	(3.593)

(1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/2022 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se

vel, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	9.140	7.836	(1.858)	(2.356)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(222)	(1.009)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	107	(6)	357
Contratos por cotas de garantia física	3.290	3.229	(421)	(376)
Energia adquirida contrato bilateral	3.416	3.416	(1.379)	(1.206)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	438	446	(150)	(103)
Outros	246	257	(128)	(86)
Subtotal	16.530	15.291	(4.164)	(4.779)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	382	409
Total	16.530	15.291	(3.782)	(4.370)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica	-	-	(609)	(588)
Encargos de conexão	-	-	(47)	(43)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)	-	-	(167)	(682)
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)	-	-	(188)	42
Outros encargos	-	-	(6)	(8)
Subtotal	(1.017)	(1.279)		
Créditos de PIS e COFINS	-	-	115	102
Total	(902)	(1.177)		
Total dos custos com energia elétrica	(4.684)	(5.547)		

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas; (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual; (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro, e não houve compra de energia no MCP (*Déficit*); (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal	(117)	(83)
Material	(425)	(378)
Serviços de terceiros	(369)	(277)
Juros sobre obras em andamento	(9)	(5)
Outros	(21)	(4)
Obrigações especiais	44	28
Total	(897)	(719)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos/Despesas	2022		2021	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(244)	(20)	(120)	(384)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(193)	(55)	(90)	(338)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(312)	-	(49)	(361)
Combustível para produção de energia	(4)	-	-	(4)
Provisão para processos judiciais	-	-	(44)	(44)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(40)	(1)	(24)	(65)
Total	(793)	(76)	(334)	(1.203)
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(207)	(23)	(117)	(347)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(186)	(48)	(78)	(312)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(292)	-	(50)	(342)
Combustível para produção de energia	(14)	-	-	(14)
Provisão para processos judiciais	-	-	(48)	(48)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(41)	(1)	(8)	(50)
Total	(740)	(72)	(308)	(1.120)

6.1. Pessoal e benefícios a empregados:

	2022	2021
Remunerações	(190)	(168)
Encargos sociais	(85)	(75)
Auxílio alimentação	(58)	(50)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(23)	(22)
Reconhecimento para férias e 13º salário	(43)	(40)
Plano de saúde	(66)	(39)
Participação nos resultados	(39)	(41)
(-) Transferências para ordens (2)	130	96
Outros	(10)	(8)
Total	(384)	(347)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios. (2) Transferência do custo de mão-de-obra própria para projetos.

6.2. Serviços de terceiros:

	2022	2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(65)	(59)
Agente arrecadador e credenciado	(22)	(21)
Corte, ligação e religação	(28)	(26)
Atendimento e teleatendimento	(24)	(19)
Serviços técnicos e manutenções	(81)	(62)
Poda de árvore e limpeza de faixa	(8)	(8)
Cobrança administrativa e negatização	(5)	(4)
Inspeção técnica e pericia	(1)	(3)
Tecnologia da informação	(34)	(37)
Serviços jurídicos	(12)	(11)
Consultoria e auditoria	(2)	(2)
Comunicação	(2)	(2)
Encerramento de ordem - Custo do serviço prestado	(16)	(22)
Vigilância	(5)	(4)
(-) Crédito PIS e COFINS	3	3
Outros serviços	(36)	(35)
Total	(338)	(312)

6.3. Depreciação e amortização:

	2022	2021
Quota de depreciação e amortização	(364)	(334)
Baixa do valor residual	(3)	(16)
Subtotal	(367)	(350)
(-) Crédito PIS/COFINS	6	8
Total	(361)	(342)

6.4. Outras receitas e despesas, líquidas:

	2022	2021
Seguros	(4)	(3)
Despesas de viagem	(8)	(6)
Propaganda e publicidade	(9)	(7)
Multa por inadimplência/contratual	69	66
Perdas/alienação/desativação	(35)	(42)
Material	(66)	(52)
Outros	(12)	(6)
Total	(65)	(50)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	127	15
(-) Tributos sobre receita financeira	(17)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	79	117
Atualização de depósitos judiciais	10	1
Atualização do ativo financeiro setorial	70	1
Outras receitas financeiras	8	6
Total	277	133
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(713)	(402)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(12)	(8)
Atualização de provisões para processos judiciais	(38)	(57)
Outras despesas financeiras (2)	(103)	(67)
Total	(866)	(534)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(328)	(362)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	495	255
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	(681)	(312)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	337	389
Perdas com variações cambiais e monetárias	(29)	(15)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	48	7
Total	(158)	(38)
Total	(747)	(439)

Resultado financeiro líquido

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida; (2) Refere-se, principalmente, aos juros Selic, atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesas nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	223	506
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(76)	(172)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	14	26
Incentivos fiscais	-	23
Excesso de previdência privada	(8)	(11)
Outras adições permanentes	4	4
Tributos sobre o lucro	(66)	(130)
Alíquota efetiva	30%	26%
Corrente	(11)	(14)
Diferido	(65)	(116)

8.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	28	28
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	53	64
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	41	31
Provisão para processos judiciais	79	71
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	(111)	98
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	24	25
Arrendamentos capitalizados	2	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	14	13
PLR	14	14
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(358)	(290)
Capitalização de juros de dívida	(63)	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros	48	15
Outros	14	11
Total ativo não circulante	7	18

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18	18
Efeitos reconhecidos no resultado	(65)	(65)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	54	54
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7	7
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116	116
Efeitos reconhecidos no resultado	(116)	(116)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	18	18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18	18

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, é de R\$ 7 em 2024.

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar e imposto corrente passivo longo prazo:

	2022	2021
IRPJ	191	129
CSLL	28	19
Total ativo circulante	219	148
IRPJ	-	-
Total passivo circulante	-	2

8.1.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 0 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021) reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R\$ 1.694 (R\$ 1.610 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem: (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.640 (R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 12 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021). **8.1.5. Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL:** O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	64	75
Amortização	(32)	(33)
Reversão	21	22
Saldo final do exercício	53	64

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2023	2024	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2032
	10	9	9	9	8	8

8.1.6. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. **b) A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE.** O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2 Outros Tributos: 8.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		

	2022			2021		
	Obrigações	Efeitos líquidos	Direito	Obrigações	Efeitos líquidos	Direito
CVA e neutralidade						
Energia	131	(168)	(37)	445	-	445
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	173	(443)	(270)	329	-	329
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	104	-	104	95	-	95
Outros	81	(8)	73	8	(13)	(5)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	439	-	439	-	(51)	(51)
Risco hidrológico	-	(152)	(152)	-	(159)	(159)
Recomposição energia Termope	79	-	79	77	-	77
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(152)	(152)	-	(182)	(182)
Passivo conta COVID	-	(1)	(1)	-	(11)	(11)
CDE modicidade Eletrobras (nota 3.3)	-	(198)	(198)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	148	(313)	(165)	129	(291)	(162)
Bandeira escassez hídrica (3)	319	-	319	-	-	-
Outros	2	(3)	(1)	2	(7)	(5)
Total	1.476	(1.438)	38	1.085	(714)	371

Valores homologados pela ANEEL (em reversão)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)
Total 1.476 (1.438) 38 1.085 (714) 371

Ativo circulante 419
Passivo não circulante (121) (48)

(1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interps recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL constatada pelo Despacho nº 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um ativo de R\$ 439, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. (2) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores desses tributos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para o período de julho de 2022 a março de 2023, está lastreado à expectativa de compensações futuras créditos junto à Receita Federal. (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro de 2022, com a finalidade de expurgar os custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263	(482)	(219)
Constituição	1.083	(292)	791
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(202)	288	86
Atualização monetária	32	(31)	1
Transferências	(91)	(197)	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.085	(714)	371
Constituição (1)	1.002	(754)	248
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(744)	392	(352)
Atualização monetária	142	(72)	70
Transferências	(9)	(290)	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.476	(1.438)	38

(1) Em 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$ 249, com ênfase para o componente financeiro de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB, além da CVA de ESS, em função das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor de bandeira tarifária alocado no ESS em 2022, decorrente, principalmente, da Resolução CREG 03/2021 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR). (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (353), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2021 e 2022. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da CONTA COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 180 (R\$ 135 até 31 de dezembro de 2021) para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/2021. 11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. b) Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. 12.1 Ativo Financeiro: O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(ii)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	3.493	2.680
Baixas	(3)	(4)
Transferência ativo contratual (1)	504	406
Transferência ativo intangível	9	5
Ajustes a valor justo (2)	199	406
Saldo final do exercício	4.202	3.493
Ativo não circulante	4.202	3.493

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Reconhecimento em junho de 2021 do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica – RTP, no montante de R\$ 113. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA R\$ (94) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021. 12.2 Ativo Contratual: Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	717	731
Adições (1)	909	733
Baixas	(36)	(22)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(314)	(324)
Transferências - ativos financeiros (1)	(504)	(406)
Transferências - outros	24	5
Saldo final do exercício	796	717
Custo	839	747
Obrigações especiais	(43)	(30)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. 12.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: De acordo com os contratos de concessão, • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) Estimativas e julgamentos críticos: Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	2022	2021
Taxa de amortização a.a.	4,13%	4,13%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430	2.430
Baixas	(11)	(11)
Amortização	(357)	(357)
Transferências - ativo financeiro (1)	(9)	(9)
Transferências - ativo contratual (2)	314	314
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.367	2.367
Custo	5.964	5.964
Amortização acumulada	(3.438)	(3.438)
Obrigações especiais	(159)	(159)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.461	2.461
Baixas	(21)	(21)
Amortização	(329)	(329)
Transferências - ativo financeiro (1)	(5)	(5)
Transferências - ativo contratual (2)	324	324
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430	2.430
Custo	5.694	5.694
Amortização acumulada	(3.095)	(3.095)
Obrigações especiais	(169)	(169)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. 13.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	529	572
Encargos de uso da rede	90	312
Materiais e serviços	165	131
Energia livre (1)	63	57
Total	847	1.072

Circulante 784 1.015
Não circulante 63 57

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	1.706	2.315
Agências de fomento	1.664	1.432
Mercado de capitais	4.122	2.959
Empréstimos e financiamentos (1)	7.492	6.706
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 a))	100	(301)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(907)	(673)
(-) Títulos e valores mobiliários	(55)	(41)
Dívida líquida	6.630	5.691

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. 15.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subseqüentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2022	2021
Denominados em R\$	6.026	4.623
Indexados a taxas flutuantes	6.023	4.619
Indexados a taxas fixas	3	4
Denominados em US\$	1.503	1.607
Indexados a taxas fixas	1.503	1.607
Denominados em outras moedas	-	503
Indexados a taxas fixas	-	503
7.529	6.733	
(-) Depósitos em garantia	(2)	(1)
(-) Custos de transação	(35)	(26)
7.492	6.706	
Passivo circulante	783	1.229
Passivo não circulante	6.709	5.477

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI (1)	96,6%	173,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	12,1%	8,2%
Saldo da dívida	7.492	6.706
Instrumentos financeiros derivativos	100	(301)
Dívida total líquida de derivativos	7.592	6.405

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses. (2) Resultado de Dívida Acumulada 12 meses dividido pelo Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta. b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2023	698	664	174	1.536
2024	1.404	531	97	2.032
2025	1.455	438	(144)	1.749
2026	989	388	(75)	1.302
2027	1.046	281	-	1.327
Entre 2028 e 2032	2.122	411	-	2.533
Entre 2033 e 2037	231	43	-	274
2037 em diante	116	6	-	122
Total	8.061	2.762	52	10.875

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4 anos (4 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	6.706	5.464
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	1.936	2.324
Amortizações de principal	(1.050)	(1.307)
Custo de captação	(18)	(14)
Pagamento de encargos de dívida	(620)	(273)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(1)	8
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	706	397
Variação cambial	(166)	115
Marcação a valor justo	(1)	(8)
Saldo final do exercício	7.492	6.706

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 1.936, pela Companhia foram: (i) R\$ 1.200 via 12ª emissão de debêntures com prazo final em 10 anos; (ii) R\$ 450 via 2ª emissão de notas comerciais com vencimento final em 7 anos; e (iii) R\$ 286 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 2.324, pela Companhia foram: (i) R\$ 400 com prazo de vencimento 3 anos captados junto ao Scotiabank; (ii) R\$ 300 com prazo de vencimento 5 anos captados junto a Scotiabank; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento 5 anos captados junto ao Sumitomo; (iv) R\$ 500 captados via emissão de debêntures com prazo de até 10 anos; (v) R\$ 500 via notas comerciais com prazo de até 7 anos; e (vi) R\$ 424 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES.

d) Linhas de crédito:

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	26/08/2024	100	-
Linhas de financiamento	R\$	23/04/2023	716	710
			916	710

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito é de 0,44% a.a. sobre o montante total. e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuiu 84% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de covenants que são apurados na controladora. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limite contratual inferior (1)	Medição (2) em 2022
Consolidado Neoenergia:		
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,15
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	3,05

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas. (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira. A Neoenergia S.A. é avaliada e garantidora das dívidas de suas subsidiárias. A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. f) Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente

mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 1,1% e 1,2%, respectivamente. 15.3 Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas

17. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Caução em garantia (1)	177	163
Devoluções a consumidores (2)	54	119
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	25	22
Repasse a terceiros	17	15
Plano de saúde	6	15
Bônus estratégico	4	4
Compartilhamento de pessoal	6	5
Outros	9	12
Total	300	355
Circulante	264	340
Não circulante	36	15

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto as suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 71.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração, a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas e PLR	93	91
Benefícios de curto prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	72	44
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	49	49
Total	214	182
Passivo circulante	165	135
Passivo não circulante	49	47

18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-Emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	2022	
				Benefício Definido	Benefício Definido
Planos de benefício definido					
Néos - Plano BD PE	43	3.282	Fechado	Deficitário	
Planos de contribuição definida					
Néos - Plano CD BA	3	1	Fechado	N/A	
Néos - Plano CD RN	2	1	Fechado	N/A	
Néos - Plano CD PE	604	114	Fechado	N/A	
Néos - Plano CD Néos	2.740	86	Aberto	N/A	
Total	3.349	202			
	3.392	3.484			

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Benefício definido		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.095)	960	(135)
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(74)	66	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	45	45
Benefícios pagos pelo plano	105	(105)	-
Redimensionamento	77	(71)	6
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(987)	896	(91)
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(82)	69	(13)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	47	47
Benefícios pagos pelo plano	118	(118)	-
Redimensionamento	(78)	13	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.029)	908	(121)
Planos deficitários	(1.029)	908	(121)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	2022	2021
Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
Custo do serviço	1	1
Despesa com juros de obrigações	(81)	(74)
Reciclação com juros de ativos	69	66
Total	(11)	(7)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	2022	2021
Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
Mudanças nas premissas	(78)	77
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	13	(71)
Efeito bruto	(65)	6
Tributos sobre o lucro	22	(2)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(43)	4
Saldo no final do exercício	(7)	36

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(1.029)	896
Valor justo dos ativos	908	834
Total ativo (passivo) líquido	(121)	(91)
Passivo circulante	(72)	(44)
Passivo não circulante	(49)	(47)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 44, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com amortização mensal e vencimento em dezembro de 2023.

e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:

	2022		2021	
	Preços cotados no mercado ativo	Preços não cotados em Valor justo	Preços cotados no mercado ativo	Preços não cotados em Valor justo
Investimento direto:				
Fundo de investimento imobiliário	-	21	21	-
Outros	-	23	23	-
Investimento através de fundos:				
Fundo de investimento - ações/quotas	18	-	18	27
Fundo de investimento - multimercado	14	-	14	27
Fundo de investimento - renda fixa	832	-	832	780
Total	864	44	908	834
			61	895

(ii) **Expectativa de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2022	2021
Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
2023	102	100
2024	100	97
2025	97	95
2026	95	93
2027	93	91
Entre 2028 a 2032	421	408
Total	908	895

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 48 no exercício de 2023.

(iii) **Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%	1.071	1.031
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,08%	4,51%
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%	8,65	9,45
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	9,90	9,46
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-3,79%	-4,17%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,16	8,88

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2022	2021
Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	9,60%	8,18%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,28%	4,03%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,00%
<i>Duration</i> (em anos)	8,47	9,16
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F sua- vizada em 10% Light Média	AT-2000 M&F sua- vizada em 10% Light Média
Tábua de entrada em invalidez	AT-1983 masculina	AT-1983 masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real

(iv) **Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral** - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *deficit* com contribuições

extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa. **Investimentos e volatilidade** - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ("ALM"). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ("PREVIC"). **Hipóteses atuariais e econômicas** - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil:** Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos dos planos são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 700 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2021). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

	2022				
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B
Acionistas/Qtde. Ações vs R\$					
Neoenergia S.A.	66.052.187	594	7.085.257	64	562.531
Total	66.052.187	594	7.085.257	64	562.531

	2021				
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B
Acionistas/Qtde. Ações vs R\$					
Neoenergia S.A.	66.022.550	587	464.272	4	400.375
Outros	280.143	2	7.102.982	63	342.066
Total	66.302.693	589	7.567.254	67	742.441

Em 2022, a Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro, e em leilão realizado na B3, em 03 de outubro de 2022, 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs; representativas de 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco. Após o referido leilão, e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2022, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Pernambuco que permaneceram em circulação após o leilão da -OPA de Conversão de Registro, totalizando 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs de emissão da Neoenergia Pernambuco, representativas de 1,22% do seu capital social total. Por fim, no dia 01 de novembro de 2022 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B (empresas que não vendem ações, certificados de ações, ou títulos que possam ser convertidos nesses papéis) da Companhia pela Comissão de Valores Mobiliários. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) As ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	140	334
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	15	38
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	2	4
Total	157	376

Em unidades de ações

	2022	2021
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	66.052.187	66.302.693
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.085.257	7.567.254
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	562.531	742.441
Total	73.699.975	74.612.388

Lucro básico e diluído por ação

	2022	2021
Ação ordinária (R\$)	2,13	5,04
Ação preferencial A (R\$)	2,13	5,04
Ação preferencial B (R\$)	2,34	5,54

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	157	376
Reserva de incentivo fiscal	-	(21)
Lucro líquido ajustado	157	355
Reserva de retenção de lucros	(112)	-
Remuneração a distribuir	45	355
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	39	89
Remunerações intermediárias	6	11
Dividendos adicionais propostos	-	255
Total	45	355

Natureza da remuneração

	2022	2021
Dividendos	5	279
JCP	40	76
Total	45	355

Remuneração total por ação

	2022	2021
Remuneração total por ação	0,61	4,76

O Conselho de Administração aprovou, a título de remuneração antecipada do exercício de 2022, a ser considerado no computo do dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 34 (R\$ 40, menos

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia	Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		Prazo	Vencimento	2022		2021	
				Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício			Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício		
Controladora	a	TERMO/PERNAMBUCO	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2030	2023	(242)	(1.758)	(242)	(1.608)	

Acionistas e outros	Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		Prazo	Vencimento	2022		2021	
				Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício			Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício		
Controladora	c	NEOENERGIA S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2026	2023	33	(45)	-	(40)	
	d	NEOENERGIA S.A.	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(39)	-	(52)	-	
					</						

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022			2021		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	398	-	398	146	-	146
Títulos e valores mobiliários	54	-	54	40	-	40
Instrumentos financeiros derivativos	45	-	45	330	-	330
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	4.202	4.202	-	3.493	3.493
	497	4.202	4.699	516	3.493	4.009
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	122	-	122
Instrumentos financeiros derivativos	145	-	145	29	-	29
Outros passivos	6	-	6	4	-	4
	151	-	151	155	-	155

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 199 e R\$ 406, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	7.492	7.400	6.584	6.485

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo Amortizado ("CA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, mas, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva da *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022, não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (LIBOR). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Swap US\$ pré vs RS pós					
Ativo	US\$ 288	US\$ 288	2024 - 2026	1.412	1.615
Passivo	RS 1.465	RS 1.435		(1.512)	(1.496)
Líquido				(100)	119

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para RS as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em RS atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Swap EUR \$ pré vs RS pós					
Ativo	€ -	€ 80	2022	-	517
Passivo	RS -	RS 357		-	(361)
Líquido					156

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em RS atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em RE e posição ativa em IPCA. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Swap IPCA vs CDI					
Ativo	RS -	RS 120	2022	-	120
Passivo	RS -	RS 94		-	(94)
Líquido					26

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do RS frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. O programa em 31 de dezembro de 2022, RS (0,13) (RS 0,25 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do RS frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa em 31 de dezembro de 2022, RS (0,33) (RS 0,17 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **21.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Cenário	Impacto	Impacto
				(Saldo/NoCIONAL)	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(1.503)	(1.550)	(233)	(465)
Swap Ponta Ativa em Dólar				1.412	1.457	218	437
Exposição Líquida				(91)	(93)	(15)	(28)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dividida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentadas na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Impacto
				(Saldo/NoCIONAL)	Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(1)	-
NDF				-	1
Exposição Líquida					0
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(2)	1
NDF				2	(1)
Exposição Líquida					0

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no Exposição (Sal-	Cenário	Impacto	Impacto
			período do/NoCIONAL)	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	887	122	(18)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(3.364)	(515)	(77)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(1.511)	(235)	(35)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(2.660)	(218)	(17)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2024	3.792	747
2025	3.643	752
2026	3.826	962
2027	4.025	1.022
2028	4.280	1.120
Entre 2029 e 2033	18.831	5.579

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Elena León Muñoz Presidente	Francisco Gaudio Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Juliano Pansanato de Souza Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Edison Antônio Costa Britto Garcia Titulares	Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Haroldo do Rosario Vieira Luiz Otávio Nunes West Titulares
	José Antonio Lamenza Claucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Jorge Luiz Pacheco José Romildo Borges Ferreira Suplentes
DIRETORIA	CONTADORIA
Saulo Cabral e Silva Diretor-Presidente	Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87
Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Luciana Maximino Maia Diretora de Planejamento e Controle	
Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação	

O Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Elena León Muñoz - Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Juliano Pansanato de Souza

Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Edison Antônio Costa Britto Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando os trabalhos de análise realizados por este Conselho, os esclarecimentos obtidos sobre os atos de gestão durante o exercício social de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia Pernambuco, na totalidade de seus membros presentes, opina favoravelmente pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação dos Resultados, estando as referidas matérias aptas a serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Francisco Gaudio
Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza

Haroldo do Rosario Vieira
Luiz Otávio Nunes West

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE, relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO Alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Recife, 13 de fevereiro de 2023.

Saulo Cabral e Silva - Diretor Presidente
Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia - Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho - Diretor de Regulação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima apresentadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (e) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, o julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Informações comparativas - Valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 16 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que